



Estado do Amazonas
MINISTÉRIO PÚBLICO
JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
Procuradoria Geral

PORTARIA Nº 07, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Instaura sindicância para apurar os fatos narrados nos autos nº 2.090/97 (NG 4.941/97) e dá outras providências

O PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 112, 117 e 118 da Lei estadual nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996, e os artigos 57, 58, 59, inciso V, da Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas),

CONSIDERANDO ser inafastável, dentro do sistema republicano, o controle sobre a atuação de qualquer agente público, incluindo uma atuação fiscalizatória e de correição,

CONSIDERANDO que ao Procurador-Geral compete o desempenho das funções correcionais em respeito à independência funcional assegurada aos membros do Ministério Público de Contas,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público de Contas foi dado conhecimento do teor do Ofício n. 012/2010, do Corregedor-Geral do TCE/AM, encaminhado ao Presidente da egrégia 2ª Câmara, Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, quanto à tramitação do processo nº 2.090/97 (NG 4.941/97), referente ao possível descumprimento do disposto no art. 43, inc. IV, da Lei federal nº 8.625/93, de 12.02.1993, e no art. 118, inc. IV, da Lei complementar estadual nº 11, de 17.12.1993, aplicáveis por força do art. 130 da Constituição da República, do art. 93 da Constituição

Estadual e do art. 127 da Lei estadual nº 2.423, de 10.12.1996,

CONSIDERANDO que ao Procurador-Geral compete, quando tomar ciência de fatos que demandem a apuração de responsabilidade, a iniciativa para deflagrar procedimento de apuração disciplinar, nos termos do art. 40 do Código de Processo Penal, de utilização subsidiária,

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos art. 121, inc. II, 131, 134 e 136, 143, inc. II, 144, 145, 146, 150 e 153 a 157 da referida Lei complementar estadual nº 11/93,

RESOLVE:

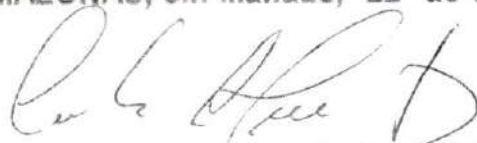
Art. 1º Instaurar sindicância para apurar a responsabilidade quanto a excesso de prazo para manifestação no processo nº 2.090/97 (NG 4.941/97), nos termos do Despacho proferido pelo Exmo. Procurador-Geral, em 21/09/2010.

Art. 2º Ficam designados para atuar na sindicância os Procuradores de Contas Evanildo Santana Bragança, como sindicante, e Evelyn Freire de Carvalho Langaro Pareja e Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, como auxiliares.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 30 dias para realizar seus trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, mediante despacho fundamentado do sindicante, devendo adotar as medidas procedimentais devidas, inclusive quanto ao exercício do contraditório e ampla defesa, se cabíveis, apresentando, ao final, seu relatório conclusivo ao Procurador-Geral.

Art. 4º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de setembro de 2010.



**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
PROCURADOR-GERAL**